



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 37/SES/JRECURSOS/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0151851/2019-23

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

MUNIÍPIO: Manga

NMAA: Norte/Montes Claros

URS: Januária

SEI: 1320.01.0151851/2019-23

ATIVIDADE SISAUD: 612

RECORRENTES: Secretaria Municipal de Saúde

(Representada por sua Gestora, Sra. C.R.S.)

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada, realizada pela ARAS Norte – Assessoria Regional de Auditoria Assistencial Norte – Montes Claros, no Sistema Municipal de Saúde de Manga, de 2 a 06/03/2020, que originou os Ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 134, nº 135 e nº 136, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades de Advertência Escrita, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações:

- 1 - Constatação nº: 597782 - Não existe Componente Municipal de Auditoria implantado.
- 2 - Constatação nº: 597854 - As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.
- 3 - Constatação nº: 598997 - O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não realiza adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.
- 4 - Constatação nº: 598998 - A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.
- 5 - Constatação nº: 599140 - O TFD - Tratamento Fora do Domicílio - não foi concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação.

PARECER

A Recorrente representada por sua Gestora, Sra. C.R.S., objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, manifestou-se por meio do Ofício nº 081/2021, de 29/04/2021: (Processo Parte 10 (29830578), SEI 1320.01.0151851/2019-23 / pg. 454).

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade da recorrente.

1 - Constatação nº: 597782 - Não existe Componente Municipal de Auditoria implantado.

Assim manifestou – se a Recorrente:

“Componente de Auditoria: a equipe multiprofissional já foi nomeada e segue desenvolvendo as atividades típicas do sistema municipal de auditoria conforme a função delegada, emitindo relatórios e comunicados conforme demandas internas e externas, cumprindo as determinações legais vigentes.”

Vejamos o que ficou evidenciado pela equipe de Auditoria:

“Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme oitiva com a Secretária Municipal de Saúde, formalizada em seu Termo de Declaração, verificou-se que o município não implantou a auditoria para atuar sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados sob sua gestão, que não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial e que também não destinou recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades do Componente Municipal de Auditoria.”

A Lei Federal nº 8.689/1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e dá outras providências, estabelece no seu Art. 6º, §2º que a descentralização do Sistema Nacional de Auditoria far-se-á através dos órgãos estaduais e municipais e de representação do Ministério da Saúde em cada Estado da Federação e no Distrito Federal.

Dispõe o Decreto Nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde:

“Art. 1º O Sistema Nacional de Auditoria - SNA, previsto no art. 16, inciso XIX da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 6º da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, é organizado na forma deste Decreto, junto à direção do Sistema Único de Saúde - SUS. em todos os níveis de governo, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo.

(...)

Art. 4º O SNA compreende os órgãos que forem instituídos em cada nível de governo, sob a supervisão da respectiva direção do SUS.

(...)

§ 3º A estrutura e o funcionamento do SNA, no plano federal, são indicativos da organização a ser observada por Estados, Distrito Federal e Municípios para a consecução dos mesmos objetivos no Federal e Municípios para a consecução dos mesmos objetivos no âmbito de suas respectivas atuações.

A Recorrente informou que já fora nomeada a equipe multiprofissional, com função delegada, desenvolvendo as atividades típicas do sistema municipal de auditoria, no entanto, não apresentou o respectivo suporte probatório.

2 - Constatação Nº: 597854 - As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Assim manifestou – se a Recorrente:

“Foram inseridas no Programa de educação Permanente em Saúde do município de Manga cursos de qualificação e capacitação direcionadas para as equipes de Regulação Controle e Avaliação para que ocorram de forma regular. Além disso, estamos acompanhando a abertura de cursos de qualificação e capacitação permanente ofertadas por programas estaduais e federais através de suas instituições de ensino.”

Vejamos o que evidenciou a equipe de Auditores:

“Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação, não são capacitadas de forma permanente, não tendo sido apresentada nenhuma evidência de que tal ocorre ou ocorreu em determinado período de atuação do serviço.”

Como visto a Recorrente informou que foram inseridos no Programa de Educação Permanente em Saúde do município de Manga cursos de qualificação e capacitação direcionados para as equipes de Regulação Controle e Avaliação, mas, não foi apresentada documentação tendente a comprovar referidas alegações.

3 - Constatação nº: 598997- O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não realiza adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

Assim manifestou – se a Recorrente:

“O sistema de gestão informatizado está funcionando efetivamente e tem cumprido sua função de forma a auxiliar no diagnóstico, orientação e adequação dos fluxos assistenciais. Os dados gerados no sistema estão sendo transformados em informações de singular importância para realização constante de controle e análise dos processos e a adequação permanente dos fluxos visando a efetividade do serviço e o planejamento da equipe de auditoria, conforme preceitos legais em vigência”.

Vejamos o que evidenciou a equipe de Auditores:

“Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada verificou-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não realiza adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso. Registra-se apenas o fluxo de entrada de pacientes oriundos de outros municípios e a saída de pacientes residentes para atendimento em outras localidades, inexistindo ações de adequação e/ou orientação a partir de tal análise.”

4 - Constatação nº: 598998 - A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.

Assim manifestou – se a Recorrente:

“Além do questionário de pesquisa de satisfação apresentado durante o processo de auditoria, o município está readequando a Ouvidoria Municipal e ampliando os canais de comunicação com seus usuários através de e-mails, telefone, caixas de sugestões e a contratação de profissional técnico que será exclusivamente responsável pelo atendimento, encaminhamento e gestão das demandas apresentadas, observando as determinações da Portaria de Consolidação nº 2/2017, anexo XXVI, artigo 4º. Inciso IX.”

Vejamos o que evidenciou a equipe de Auditores:

“Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que inexistem mecanismos formalmente definidos para avaliar a satisfação dos usuários que utilizam as unidades assistenciais do município. A gestora relatou que recebe e responde as demandas dos usuários esporadicamente, utilizando como meio de registro a formalização apenas das queixas dos usuários que procuram a Secretaria Municipal de Saúde. Relatou que tais queixas são checadas e respondidas.”

A Portaria MS/GM nº 02/2017, que consolida as normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde, dispõe:

(...)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO DO SUS

(...)

Art. 4º A Regulação da Atenção à Saúde efetivada pela contratação de serviços de saúde, controle e avaliação de serviços e da produção assistencial, regulação do acesso à assistência e auditoria assistencial contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º)

(...)

IX - avaliação de desempenho dos serviços e da gestão e de satisfação dos usuários (PNASS); (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º, IX)

(...)

Art. 8º As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º)

§ 1º São atribuições da regulação do acesso:

(Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º)

(...)

V - diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, V)

(...)

Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

(...)

V - capacitar de forma permanente as equipes de regulação, controle e avaliação; e (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, V)

(...)

Com relação ao Item **3**, a Recorrente informou que o Sistema de Gestão informatizado estava funcionando efetivamente e cumprindo sua função, conforme preceitos legais em vigência. Porém, não apresentou documentação comprobatória para as suas alegações.

No que refere – se ao Item **4**, a Recorrente informou que além do questionário de pesquisa de satisfação apresentado durante o processo de auditoria, o município estava readequando a Ouvidoria Municipal e ampliando os canais de comunicação com seus usuários por meio de e-mails, telefone, caixas de sugestões e a contratação de profissional técnico, observando as determinações legais. Do mesmo modo não foi apresentado suporte probatório.

5 - Constatação nº: 599140 - O TFD - Tratamento Fora do Domicílio - não foi concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação.

Assim manifestou – se a Recorrente:

“As rotinas para concessão do TFD foram adequadas conforme as orientações legais contidas na Portaria SAS 55/1999, artigo 1º, parágrafo 2º, sendo atendidas as solicitações exclusivamente aos usuários da rede pública e conveniada/ contratada pelo SUS.”

Vejamos o que evidenciou a equipe de Auditores:

“Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que a concessão de ajudas de custo a título de TFD - Tratamento Fora do Domicílio - não foi concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação. Verificou-se o custeio, parcial ou total, de procedimentos, inclusive cirúrgicos, em serviços particulares que não mantinham convênio/contrato com o SUS, como determina a legislação vigente e com valores discrepantes da Tabela SUS.”

A Portaria MS/SAS nº 55/1999, dispõe:

Art. 1º - Estabelecer que as despesas relativas ao deslocamento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS para tratamento fora do município de residência possam ser cobradas por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS, observado o teto financeiro definido para cada município/estado.

(...)

§ 2º - O TFD será concedido, exclusivamente, a pacientes atendidos na rede pública ou conveniada/contratada do SUS.

A Recorrente informou que as rotinas para concessão do TFD foram adequadas conforme previsto na Portaria MS/SAS nº 55/1999, mas, não apresentou suporte probatório.

Restou evidenciado que para todas as constatações não conformes, aqui analisadas, foram apresentadas justificativas, as quais não vieram acompanhadas de documentação apta a demonstrar que as irregularidades tenham sido corrigidas. Entretanto, a equipe de auditoria acatou parcialmente as justificativas apresentadas em primeira instância, tendo em vista a documentação apresentada à época.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos e que o processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico.

Assim sendo, embora as irregularidades aqui tratadas não tenham sido corrigidas em sua totalidade, fica demonstrado que medidas vinham sendo adotadas visando à correção na íntegra, motivo pelo qual conhecemos do recurso, dando – lhe provimento para afastar as penalidades de Advertência Escrita impostas a **SMS de Manga**.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidência das irregularidades, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.

Ciente.

De acordo.

À apreciação do Sr. Secretário de Estado Adjunto de Saúde.